

MONUMENTUM

TJDFT – VICE-PRESIDÊNCIA – SEG-D – SERAMI – ANO I, Nº 07, SETEMBRO DE 2011

INSTALAÇÃO DO TJDFT

A Lei nº 3.754, de 14 de abril de 1960, primeira Lei de Organização Judiciária do DF, estabelecia que a composição do Tribunal seria de sete desembargadores e previa para seu funcionamento o *quorum* mínimo de quatro desembargadores. Regulamentou, ainda, que esses cargos seriam inicialmente preenchidos por magistrados do antigo Tribunal de Justiça do DF que solicitassem transferência para Brasília. Dois Desembargadores solicitaram transferência: **Hugo Auler** e **João Henrique Braune**.

Brasília já estava inaugurada e ainda restavam cinco lugares para integralização do quadro e faltavam dois membros para que o Tribunal pudesse funcionar. Houve um período de quase três meses sem definição sobre a forma de provimento desses cargos restantes. O impasse resultou de veto presidencial ao inciso VI do art. 95 da Lei nº 3.754/60, o qual disciplinava a questão. Tal veto demorava ser apreciado pelo Congresso Nacional. A indefinição retardou a instalação do Tribunal de Justiça e prejudicou o funcionamento de outros Tribunais que dependiam de membros do TJDFT para realização de seus trabalhos.

Diante disso, o Presidente da República, Juscelino Kubitschek, entendeu conveniente nomear os dois desembargadores necessários para instalação do Tribunal, os quais seriam escolhidos entre desembargadores dos Tribunais de Justiça dos demais estados.

Desse modo, o terceiro membro do Tribunal de Justiça do DF foi o Desem-

bargador **Cândido Colombo Cerqueira**, do Tribunal de Justiça da Bahia, nomeado pelo Presidente da República em 20 de julho de 1960, e empossado em 27 de julho de 1960, perante o Ministro da Justiça, Armando Falcão.

INSTALOU-SE AFINAL O TRIBUNAL DE BRASÍLIA



Jornal Correio da Manhã, de 6 de setembro de 1960

Ainda era necessário um quarto desembargador para que o TJDFT pudesse ter sua primeira sessão e realizar sua instalação. Este magistrado veio do Tribunal de Justiça de Minas Gerais e sua posse ocorreu no dia **5 de setembro de 1960**, minutos antes da instalação do TJDFT. Perante o Ministro da Justiça, Armando Falcão, **Márcio Ribeiro** foi empossado no cargo de Desembargador.

Alcançada a exigência do *quorum* mínimo, deu-se início, ainda no dia 5 de setembro de 1960, a solenidade de instalação do Tribunal. A cerimônia foi realizada no salão nobre do Tribunal Superior Eleitoral, na Esplanada dos Ministérios. A partir de então, o TJDFT estava oficialmente instalado.

Na ocasião também foi realizada a eleição para os cargos de direção do Tribunal, sendo eleito Presidente o Desembargador Hugo Auler e Vice-Presidente e Corregedor o Desembargador Cândido Colombo Cerqueira. Ambos imediatamente empossados nos respectivos cargos.

Conforme previsto na Lei 3.754/60, o Tribunal deveria ser composto por sete Desembargadores. Restavam ainda, três vagas a serem preenchidas. Duas dessas vagas seriam preenchidas por juízes promovidos por antiguidade e merecimento, e a terceira pelo quinto constitucional. No dia seguinte à instalação do TJDFT os Desembargadores se reuniram em sessão e decidiram pela promoção, por antiguidade, do Juiz **Joaquim de Sousa Neto**. Formaram também a lista tríplice que seria submetida ao Presidente da República para escolha da vaga a ser preenchida por merecimento. Foram indicados os juízes **Raimundo Ferreira de Macedo**, Darcy Rodrigues Lopes Ribeiro e Geraldo Irenêo Joffilly, sendo escolhido o primeiro desses. Os juízes promovidos foram empossados no dia 27 de setembro de 1960.

Quanto à vaga do quinto constitucional, também foi elaborada uma lista tríplice composta pelos seguintes nomes: Arnóbio Wanderley, Miranda Lima e **José Colombo de Souza**. O último foi escolhido e sua posse aconteceu em 21 de novembro de 1960.

Assim foram os trabalhos de instalação do TJDFT e de preenchimento dos seus sete cargos de desembargador. Passados 51 anos o DF cresceu e conseqüentemente se fez necessário que a prestação jurisdicional acompanhasse esse crescimento. Exemplo disso são as mudanças na composição de magistrados da Segunda Instância que passou de 7 para 10 membros, depois para 15, 23, 31, 35 e hoje a Corte se prepara para receber 5 novos desembargadores, cujos cargos foram criados com a aprovação da Lei nº 12.434/2011. Além disso, cabe destacar que desde a criação do TJDFT até hoje, um total de 106 desembargadores já atuaram ou atuam na Segunda Instância do Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios.

Veja todas composições plenárias do TJDFT acessando o site do CMD: www.tjdft.jus.br/memoria.

EXPEDIENTE

Presidente: Des. Otávio Augusto Barbosa

Vice-Presidente: Des. Dácio Vieira

Corregedor: Des. Sérgio Bittencourt

Secretaria de Gestão Documental

Serviço de Apoio à Memória Institucional

Diagramação: Diego Morosino - ACS, Clarismar Gomes

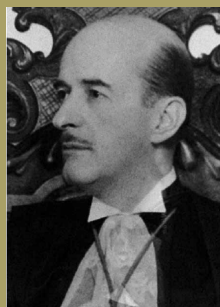
Redação: Otacílio Marques, Clarismar Gomes, Glicia Barros,

Liliane Miranda

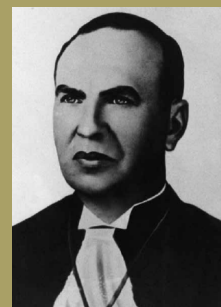
Fotos: Arquivo TJDFT, ACS, Livro TJDFT - 50 Anos.

PRIMEIRA COMPOSIÇÃO DO TJDFT

BIÊNIO 1960-1962



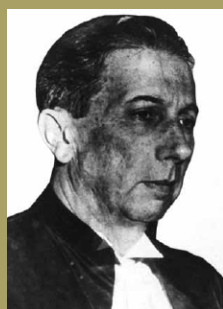
Des. Hugo Auler
Presidente



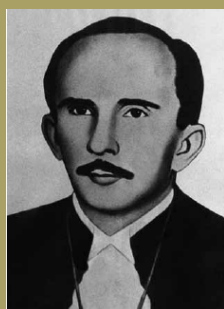
Des. Cândido Colombo Cerqueira
Vice-Presidente e Corregedor



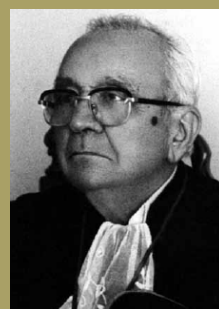
Des. João Henrique
Braune



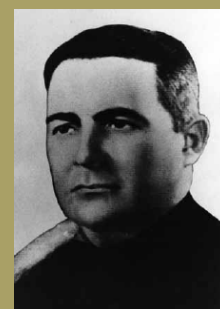
Des. Márcio Ribeiro



Des. Joaquim de
Sousa Neto



Des. Raimundo
Ferreira de Macedo



Des. José Colombo
de Sousa

GALERIA DE COMPOSIÇÕES PLENÁRIAS

No dia 29 de agosto de 2011 o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios inaugurou a Galeria de Composições Plenárias, localizada no hall de acesso ao “palacinho”, bloco D.

A Galeria é composta por 28 quadros que apresentam as composições plenárias do TJDFT desde sua instalação em 1960 até os dias atuais.

A criação da Galeria partiu de uma iniciativa da Secretaria-Geral, e foi elaborada pelo Serviço de Apoio à Memória Institucional - SERAMI/SEGD/Vice-Presidência e pela ACS.



Cerimônia de inauguração da Galeria de Composições Plenárias